



1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
21/08/2018	09:32	11:26	Auditório da Sede do TJBA

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Indicadores Estratégicos e Metas Nacionais
04	Semana de Sentenças e Baixas
05	Resultado Pesquisa Gestão Participativa
06	Solicitações de Mudanças de Projetos
07	Execução dos Projetos
08	Deliberações do CGOV (Aprovação da Data da 4ª RAE)
09	Encerramento

3. Comitê de Governança

Nº	Nome	Órgão/ Setor	Assinatura
1	Des. Gesivaldo Nascimento Britto	Presidência	Ausente
2	Des. Augusto de Lima Bispo	1ª Vice-Presidência	
3	Desa. Maria da Graça Osório Pimentel Leal	2ª Vice-Presidência	
4	Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos	Corregedoria Geral de Justiça	Ausente
5	Des. Emílio Salomão Pinto Resedá	Corregedoria das Comarcas do Interior	Ausente
6	Juiz de Direito Humberto Nogueira	Assessoria Especial da Presidência I—Magistrados	
7	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
8	Juiz de Direito Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
9	Iramar Viana Martinez de Almeida	Secretaria-Geral da Presidência	
10	Ana Paula do Carmo Barbosa Silva	Secretaria de Administração	
11	Antônio Roque Do Nascimento Neves	Secretaria Judiciária	
12	Pablo Roberto Nascimento Moreira	Secretaria de Planejamento, Orçamento	
13	Leandro Sady Rodrigues	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
14	Lorena Pimenta Navarro	Gabinete da Presidência	
15	Fernanda Pinto Dantas Braga de Souza	Controladoria do Judiciário	
16	Moisés Bisesti de Queiroz	Assessoria de Comunicação	
17	Líbia Maria Almeida de Andrade Figueiredo Lima	Universidade Corporativa	
18	Leila Lima Costa	Secretaria de Gestão de Pessoas	
19	Mariana da Silva Larangeira	Diretoria de Primeiro Grau	



4. Apresentação da Pauta

01. Abertura

O Desembargador Augusto Bispo abriu a Reunião de Análise da Estratégia agradecendo a presença de todos e informando a impossibilidade de participação do Desembargador Gesivaldo Britto na RAE por estar em outro compromisso. Passou a palavra à Dra. Iramar Almeida para que a Ata da RAE anterior fosse lida.

02. Leitura da ATA da RAE anterior

A Secretária-Geral da Presidência – Sra. Iramar Almeida procedeu à leitura da RAE de 21 de agosto de 2018, após a leitura, nada foi acrescentado pelo grupo e a ata foi aprovada.

Antes do início das apresentações, o Desembargador Augusto Bispo pediu aos participantes que anotassem alguns questionamentos para que fossem respondidos no decorrer das apresentações. Os questionamentos foram os seguintes:

Semana de Sentenças e Baixas – já estão disponíveis os números finais da última Semana de Sentenças e Baixas Processuais? Qual a data de realização da próxima Semana de Sentenças e Baixas?

Projeto Plantão Virtual Integrado – como está evoluindo?

Projeto Central de Cumprimento de Mandados – como está evoluindo?

Projeto Você tem medo de quê? - Como está evoluindo e quais as iniciativas tomadas para a implantação do protocolo internacional, e demais iniciativas relacionadas a este projeto?

Projeto Sistema de Cálculos Judiciais – Já foi finalizado o sistema? Já há calculista responsável?

Projeto Cartório Virtual – já foi implementado na capital?

Projeto Queixa Cidadão – já é uma realidade?

Projeto Cejusc Itinerante – o projeto já está na rua?

Projeto implantação do sistema único de Processos judiciais – qual o cronograma de ampliação do Pje nas comarcas do interior?

Projeto TJBA Virtual – em que fase se encontra a licitação para a digitalização do acervo?

Projeto Transformação Digital com o uso de novas tecnologias – qual o contorno atual do projeto?

Projeto Sistema de Gestão de Qualidade do Plantão do 2º Grau – qual a data da auditoria interna?

Projeto Institucionalização da Instrutoria Interna – já existe uma minuta do projeto de lei

Projeto Modernização do Sistema de Arrecadação – o projeto foi realmente iniciado em junho desse ano? Como anda a entrega referente ao controle de Dajes? Está havendo dificuldades na identificação de pessoas da área de negócios para suporte ao projeto do Daje único e relatórios?

Projeto implantação do sistema de segurança e controle de acesso – quais as entregas objetivas desde a última RAE ?

Projeto Implantação do e-social – os testes com os dados reais foram realmente feitos em agosto?

Projeto de implantação de governança colaborativa em execuções fiscais – foi elaborado um cronograma? Há alguma iniciativa efetiva?

O 1º Vice-Presidente solicitou que estas questões fossem respondidas no decorrer das apresentações.



Passou a palavra a Pedro Vivas para que seguisse à programação.

03. Semana de Sentenças e Baixas

Pedro Vivas pediu ao Secretário de Planejamento, Pablo Moreira, que apresentasse os números.

Pablo Moreira iniciou a apresentação respondendo ao primeiro questionamento do Des. Augusto Bispo sobre a Semana de Sentenças e Baixas. Anunciou a data de realização no período de 15 a 19 de outubro de 2018. Apresentou o gráfico com os resultados comparando os dados de sentenças e decisões nos anos de 2017 e 2018 e o acréscimo de 26% das baixas processuais entre os mesmos anos.

04. Indicadores Estratégicos e Metas Nacionais

Pablo Moreira iniciou a apresentação dos indicadores do PJBA com a informação sobre Casos Novos indicando a estimativa de acréscimo de 27,78% para 2018 com relação a 2017.

Número de processos baixados, a tendência é que o número fique em 1.305.605 e com a realização da Semana de Sentenças e Baixas passe para 1.405.605. A relevância é que sairemos de 1.180.051 em 2017 para 1.405.605 em 2018.

Casos Pendentes comparou desde o ano de 2016, onde o índice era de 4.084.142, em 2017 o número foi 2.811.404. Em 2018 o número está em 2.701.453, porém com a realização da Semana de Sentenças e Baixas a previsão é que fique em 2.601.453 casos pendentes. Ressaltou a importância da realização das Semanas de Sentenças e Baixas nos números do TJBA.

Índice de Produtividade dos Magistrados mostrou um resultado em 2017 de 1.961 e em 2018 com a primeira semana de Sentenças e Baixas, o resultado foi de 2.176. a previsão do número após a realização da 2ª Semana de Sentenças e Baixas é de 2.343.

Índice de Produtividade dos Servidores da área judiciária o acréscimo de 2017 para 2018 foi de 174 para 192, considerando a realização da primeira Semana de Sentenças e Baixas e o número previsto após a segunda Semana é de 206.

Índice de Atendimento à Demanda do TJBA em 2017 ficou em 127,9% e com a realização da primeira Semana de Sentenças e Baixas o índice passou para 110,7%. A previsão é que após a realização da segunda Semana fique em 119,2%. Explicou que o índice reflete que foram baixados os processos pendentes mais 19% do estoque, no caso de 2018. Além disso, informou que em 2018 esse índice tende a diminuir em virtude do aumento de casos novos.

Taxa de Congestionamento em 2017 foi de 70,4% e em 2018 passará para 69,1% e depois da realização da segunda Semana de Sentenças e Baixas, a previsão é que chegue a 66,7%. Considerou o número satisfatório e confia que os resultados até o final de 2018 sejam positivos.

05. Metas Nacionais

O gráfico apresentado mostrou a situação do TJBA para cada Meta Nacional. Tendo como objetivo o alcance de 100% em todas as Metas, os resultados foram:

Meta 1 – 81,1% (julgar mais processos que os distribuídos).

Meta 2 - 9,2% (julgar mais processo antigos) Essa meta tem se comportado de forma difícil também no cenário nacional. Informou que em reunião em Brasília recentemente puderam comprovar que os demais Estados comportam-se da mesma maneira em relação a essa Meta, bem como às metas 4 e 6.

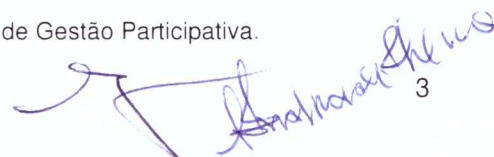
Meta 4 – 7,7% (priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e improbidade administrativa)

Meta 5 – 95,4% (impulsionar os processos em execução)

Meta 6 – 2,1% (priorizar o julgamento das ações coletivas)

Meta 8 – 142,9% (fortalecer a rede de enfrentamento à violência à mulher)

Passou a palavra a Pedro Vivas para apresentar os resultados da Pesquisa de Gestão Participativa.





05. Pesquisa de Gestão Participativa

Pedro Vivas iniciou a apresentação informando que a pesquisa foi feita junto com mais 19 Tribunais.

A pesquisa ficou disponibilizada na internet no período de 10/07/18 a 01/08/18 (duração de 23 dias). Adesão de 20 Tribunais de Justiça. Apenas 7 Tribunais não participaram. Um resultado considerado muito bom.

Público-alvo: cidadão, advogados, defensores, membros do Ministério Público, magistrados e servidores.

Foi feito um painel com as respostas de todo o questionário que ficou disponível a todos durante o tempo de realização da pesquisa. Aproveitou a oportunidade para agradecer à SETIM que ajudou bastante na elaboração do quadro de acompanhamento.

A definição da amostra foi feita pelo NEGE (Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica) considerando o perfil cidadão, pois envolve todos os demais perfis pesquisados. Nível de confiança de 95% e margem de erro de 1% - muito acima do que é visto normalmente – teríamos que fazer um número de 9.604 questionários, conseguimos um total de 10.905 questionários respondidos. Sendo que 5.057 foram considerados válidos. O TJBA contribuiu com 819, TJCE com 319, TJSP, 5.479; TJRS, 50. O TJBA precisaria de 601 questionários e conseguiu 819.

Apresentou os pontos da Resolução 221, que foram todos alcançados pelo TJBA.

Passou à apresentação dos resultados da pesquisa exibindo dados do Brasil e da Bahia com perfil sociográfico, faixa etária, cor/raça, portadores de necessidades especiais, renda familiar e grau de instrução. Informou que esses critérios de classificação foram todos baseados no censo do IBGE.

Passou a falar dos dados pesquisados, começando pelo item conhecimento sobre as metas nacionais. No Brasil, 13% não tem conhecimento sobre as metas e 7% possuem conhecimento avançado. Na Bahia o percentual comportou-se de maneira similar, porém o percentual de pessoas que não tem conhecimento nenhum sobre as metas foi de 16%.

Aceitação ou rejeição sobre as Metas Nacionais. Das metas de produtividade, apenas a 1 e a 2 tiveram aceitação e aprovação pelo público que respondeu à pesquisa. Cerca de 75% das pessoas aprovaram a continuidade das metas 1 e 2. As metas 5 e 6 foram as mais rejeitadas com 65% e 59%. Ressaltou que em 2019 essas metas já não serão contempladas. Farão parte de uma meta específica diferenciada. Na Bahia o cenário foi idêntico ao cenário nacional. Metas 1 e 2 as mais aprovadas e metas 5 e 6 as mais rejeitadas.

Proposta inicial de Metas (proposta que o segmento da Justiça Estadual envia ao CNJ) que é discutida no Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais. Nesse item a pesquisa buscou identificar quais foram os 3 temas mais votados para fazer parte da proposta de Metas. No cenário nacional, o terceiro lugar ficou com "Depoimento Especial" Lembrou que em 2018 o que será priorizado é o "Aprimoramento da Justiça Criminal". Prosseguindo, informou o segundo mais votado: "Processo Judicial Eletrônico" e em primeiro lugar ficou "Videoconferência de réus presos". Lembrou que esses resultados são os da pesquisa. No encontro ocorrido em Brasília para tratar das Metas os resultados foram um pouco diferentes.

Na Bahia, o terceiro lugar ficou com "Videoconferência", "Processo Judicial Eletrônico" também ficou em segundo lugar e por um voto "Depoimento Especial" ficou em primeiro lugar.

Em reunião em Brasília, a votação decidiu que primeiro lugar ficou "Implantar o Processo Eletrônico em unidades de competência criminal" como proposta de meta a ser levada para a reunião nacional dos Presidentes em novembro desse ano.

Pedro Vivas abriu para questionamentos e observações. Não houve comentários.



06. Apresentações da situação dos Projetos Estratégicos

Pedro Vivas apresentou a situação dos Projetos Estratégicos de 2017. Com andamento de 9,50% de execução. Apresentou as datas de última atualização, bem como os dias de atraso dos quatro projetos remanescentes de 2017.

Em relação aos projetos de 2018/2019 o percentual de execução está em 26,18%. Pedro Vivas indicou os percentuais de execução, bem como os eventuais dias de atraso de cada Projeto.

O Des. Augusto Bispo fez uma observação sobre os dias de atraso dos projetos e pediu que houvesse mais empenho e celeridade das unidades em suas respectivas execuções.

Dr. Paulo Chenaud fez um questionamento acerca do percentual de execução e dias de atraso. Observou que não há coerência entre os mesmos e que não há nenhum projeto em pelo menos 50% de execução. Estamos no meio do ano e nenhum projeto tem pelo menos a metade executado.

Pedro Vivas explicou que o percentual refere-se ao que foi planejado no projeto, e que muitos não se encerram no ano de 2018.

Dr. Paulo Chenaud sugeriu então que fosse informado o tempo de duração do projeto, ou a data programada para conclusão.

Pedro Vivas acatou a sugestão e na próxima RAE o formato de apresentação será adotado.

As áreas passaram então a manifestar-se em relação aos seus projetos caso considerassem oportuno.

Projeto Instalação do Cartório Virtual – A Diretora Mariana Larangeira respondeu o questionamento do Des. Augusto Bispo com relação à implantação do Cartório. Confirmou sua implantação. Já foram executados mais de 20.000 atos na DPG em saneamento remoto. O pequeno problema ocorrido foi que dos 5 servidores designados para trabalhar no Projeto, apenas 3 permaneceram, o que prejudicou o serviço de saneamento, mas o cartório está instalado e em funcionamento. A Diretora explicou o funcionamento do Cartório e encerrou sua argumentação.

Projeto Consolidação e Expansão do Núcleo Extrajudicial. Cristiane Nascimento comentou sobre o andamento do projeto confirmando seu percentual de execução em 60% e previsão de conclusão para março de 2019. O Núcleo também foi criado no intuito de cumprir 20 metas do CNJ e dessas, já cumpriu 16. As que faltam dependem de organização dos cartórios extrajudiciais. Aproveitou a oportunidade para falar do projeto de Sistema de Cálculos Judiciais. Já está em andamento o processo para que o calculista responsável integre a equipe. Além da parceria da COSIS que foi feita para desenvolver o sistema de cálculos.

Projeto Implantação do Sistema de Gestão de Qualidade no Plantão Judiciário do 2º Grau. O gerente do projeto, Jeferson Santos iniciou sua apresentação fazendo uma ressalva em relação à situação apresentada no sistema. Considerou o andamento muito bom, pois os treinamentos nas instruções de trabalho foram feitos bem como as aprovações dos documentos. Respondendo à pergunta do Des. Augusto Bispo, informou a data de realização da auditoria interna nos dias 4, 5 e 6 de Setembro. A auditoria externa está prevista para novembro.

Cristina Cunha acrescentou com a observação que as informações apresentadas nos projetos sobre a quantidade de dias em atraso, percentual de execução e data de atualização foram retiradas do Sistema de Gestão e Projetos. Por isso é importante que os gerentes de projeto utilizem a ferramenta adquirida tanto para gerir efetivamente como pra que a realidade seja refletida nos relatórios. A única fonte de acompanhamento para o Tribunal é o SGP (Sistema de Gestão e Projetos) então, caso a unidade deseje que o reflexo seja o real, deve atualizar as informações do projeto na Ferramenta disponibilizada.

Mariana Larangeira expôs uma dúvida acerca dos dias de atraso. O projeto Cartório Virtual está com 100% de conclusão e aparece com 1 dia de atraso. Cristina Cunha esclareceu que quando o planejamento de um projeto é feito, são levantados os prazos de execução com a equipe e são colocados no cronograma do projeto. É feito um acordo e o projeto passa a ser executado. É normal que na execução de algumas atividades ocorram atrasos, isso faz parte do gerenciamento do projeto. Um fornecedor que atrase uma entrega, um sistema que precise ser ajustado no período de teste e leve mais tempo, etc. não há problema em atrasos, o problema é deixar o projeto sem acompa-



nhamento e sem monitorar os efeitos que os atrasos possam ocasionar. No caso do Projeto do Cartório Virtual, 1 dia de atraso pode ser considerado excelente, pois é normal até 15% de atraso em um projeto.

Projeto Modernização do Sistema de Arrecadação. Camila Loureiro, Gerente do Projeto, respondeu os questionamentos do Des. Augusto Bispo, com relação ao início do projeto em maio de 2018, está sendo implementado pela SETIM. Entrega: Controle dos Dajes. A primeira entrega, apesar do acréscimo de escopo que ocorreu, está mantida para 18/09/18, conforme planejamento inicial. A conclusão do projeto todo está para 04/01/2019. Sobre o terceiro questionamento com relação à dificuldade na identificação dos responsáveis por fornecer as informações, Camila Loureiro afirmou que não há dificuldades com os setores responsáveis que são COARC (Coordenação de Arrecadação) e COFIS (Coordenação de Fiscalização). Estão levantando os dados e passando para a SETIM. Encerrou passando a palavra à Secretária Ana Paula Carmo.

A Secretária informou que como foi criado um Núcleo de Arrecadação, esse Núcleo já designou uma pessoa para gerenciar o projeto. O Diretor Adolfo de Souza Ferri será o responsável.

Projeto "SEAD vai até você" está com atraso de 81 dias, mas que é pertinente, pois estão ocorrendo licitações para que as ações que foram pleiteadas nas visitas sejam implantadas.

Projeto Construção e Modernização das Instalações Físicas do TJBA (Anexo II), a Diretora Cláudia Nascimento informou que dia 08/08/18 foi publicado no DJe o edital do processo licitatório para a execução da obra, a abertura das propostas será dia 10/09/2018. Até o momento não foram recebidos questionamentos, porém, considerando o mercado de construtoras de Salvador, é provável que haja várias construtoras e grandes questionamentos. O que é considerado normal na execução. A previsão do início das obras é na primeira semana de novembro. Colocou-se à disposição para questionamentos.

Pedro Vivas seguiu com os projetos e o Gerente do Projeto Queixa Cidadão, Cláudio Lemos, informou a mudança que ocorreu na execução do projeto. Reformulação proposta pela SETIM para que os recursos de Inteligência Artificial sejam utilizados melhorou seu escopo, mas acrescentou 35 dias ao cronograma. O projeto já está em andamento e dentro de 3 meses é provável que já esteja na fase de testes.

Projeto Plantão Virtual Integrado, Lina Souza apresentou a situação do projeto em fase de levantamento dos processos de trabalho do Plantão atual e definição de requisitos de novo sistema que será implantado, já compatível com o PJe. Também foi realizada consulta pública aos magistrados.

Projeto Você tem medo de quê? Está em fase de elaboração da Campanha de apoio junto à ASCOM, além de estar em análise legal para a implantação do Protocolo. A assessoria jurídica está verificando os requisitos e parâmetros necessários para implantar o protocolo da ONU. O prazo final do projeto é março de 2019.

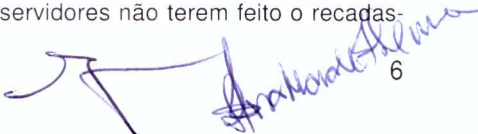
Projeto da Coordenação de Cumprimento de Mandados. Para esse projeto o planejamento foi concluído e está em fase de diagnóstico, levantamento de questões relacionadas às centrais de mandados já existentes. O projeto piloto será em Salvador em janeiro de 2019.

Projeto Institucionalização da Instrutoria Interna no TJBA. Líbia Andrade explicou que inicialmente o projeto abrangia instrutores apenas do TJBA, mas que foi detectada a necessidade de ampliar o escopo para considerar também instrutores de outros estados. A minuta do Projeto de lei foi feita, mas estava extensa e foi refeita de forma a facilitar a implantação da Instrutoria Interna.

Projeto Implantação do Sistema de Gestão e Compliance. O Secretário Pablo Moreira informou que o projeto está em atraso, mas com previsão de retorno em novembro.

Projeto Implantação da Gestão de Processos priorizando os finalísticos. Pedro Vivas explanou sobre o andamento das atividades que foram impactadas pela realização da Semana de Sentenças e Baixas, bem como pela inspeção do CNJ. Outro ponto que influenciou na execução do projeto foi o projeto Genoma do Judiciário que demorou a definir o encontro nacional. O macroprocesso da justiça criminal deve ser entregue ainda no final desse mês e isso fará o percentual de execução avançar. Porém esses dias de atraso desse ano só deverão ser compensados no ano de 2019.

Projeto Implantação do e-Social. A Secretária Leila Lima respondeu o questionamento do Des. Augusto Bispo sobre os testes. Não houve a possibilidade de realização dos testes em virtude de servidores não terem feito o recadas-


6



tramento. Foi aberto novo prazo, mas ainda assim existem servidores sem recadastramento. A equipe do RH deverá fazer esse recadastramento um a um, pois não pode haver pendências. Houve um acréscimo no cronograma porque o comitê diretivo pediu mais informações. Parabenizou à COSIS na implementação, mas ainda precisará de mais suporte.

Projeto Cejusc Itinerante. O representante do NUPEMEC informou que o projeto está aguardando novo contrato de manutenção para que seja feita a adaptação do ônibus. Provavelmente o projeto terá mudanças em virtude do novo contrato de manutenção.

Projeto Transformação Digital com uso de novas tecnologias. O Secretário Leandro Sady falou das principais entregas do projeto, conforme solicitado pelo Des. Augusto Bispo. Algumas delas são Queixa Cidadão, Unijud Digital e Chatboard para a SEGESP. Está dentro do previsto e devem ser feitas algumas conclusões até o início de 2019.

Projeto de Implantação do Sistema de Segurança e Controle de acesso. O representante do SGI falou do Plano de Prevenção a Incêndio, com previsão do dia 14/11/18 realizar o Workshop sobre o plano de emergência de evacuação do prédio. Videomonitoramento em fase de testes. Sobre o Controle de Acesso algumas providências já foram tomadas a exemplo do cadastramento e crachás de acesso dos vendedores (visitantes habituais) que circulam no TJBA. O conserto das catracas aguarda liberação de verba.

Dr. Paulo Chenaud perguntou se o sistema de controle de acesso será feito em todos os fóruns ou apenas no TJBA. A Secretária Ana Paula Carmo confirmou que todos os fóruns farão parte do sistema de controle de acesso.

O Coronel Júlio fez uma breve explanação sobre o Workshop.

Líbia Andrade alertou que o TJBA possui 10 vagas no curso de Brigadista ministrado pelo Estado e que não está havendo procura por parte dos servidores do TJBA. Seria interessante aproveitar o workshop para divulgar mais.

Projeto de Governança Colaborativa em Execuções Fiscais. Mariana Larangeira explicou que já foi implantado em Salvador e que agora seguirá para as comarcas do interior. A próxima comarca será Feira de Santana e está em andamento.

Projeto TJBA Virtual. Mariana Larangeira esclareceu que o TJBA virtual será absorvido pelo UNIJUD Digital. E quanto ao questionamento do Des. Augusto Bispo sobre a contratação da empresa que fará a digitalização informou que como o projeto foi deslocado para a Seplan e Sejud, as unidades poderiam responder com mais precisão.

Pedro Vivas mostrou o comparativo de percentuais de execução dos projetos de 2017 e 2018 e concedeu a palavra a Cristina Cunha que falou sobre o projeto Unijud Digital.

O Des. Augusto Bispo havia questionado sobre o cronograma de implantação. Cristina Cunha explicou o escopo do projeto que envolve além de implantar o PJe em todas as unidades, digitalizar todos os processos. Enfatizou que o PJe será implantado em todas as unidades não-criminais. A SETIM deverá contratar serviço de implantação. Seis unidades serão implantadas pela equipe da SETIM e as demais serão implantadas através de serviço contratado pela SETIM. O contrato de digitalização está em levantamento de propostas. Já foi feito Termo de Referência. A previsão é que somente no comecem os serviços de Digitalização. Será instalada uma unidade multidisciplinar para que seja facilitada a comunicação entre as áreas. Mostrou e explicou o cronograma na ferramenta SGP (Sistema de Gestão e Projetos).

07. Solicitações de Mudanças

Pedro Vivas submeteu ao CGOV a aprovação do projeto unificado de Implantação do PJe e TJBA Virtual em UNIJUD Digital. Aprovado por unanimidade.

Dr. Raimundo Braga pediu a palavra para agradecer à iniciativa que finalmente fará a implantação efetiva do PJe em todo PJBA. Anunciou as atividades que já estão sendo feitas no 2º Grau, acreditando que a conclusão da implantação como um todo já esteja bem próxima de acontecer. Reconheceu que ainda existem algumas reclamações de usuários com relação a utilização do sistema e que a SETIM também não tem estrutura de pessoal suficiente para atender a essas demandas. São necessidades de ajustes de sistemas e de fluxos. Ponderou que acha prioritário terminar a implantação no 2º grau e depois partir para o 1º Grau.

7



Projeto Você tem medo de quê? Solicitação para mudar o nome para Todos Juntos contra o Femicídio, para refletir o intuito do projeto, bem como com a campanha do TJBA Todos Juntos. Pedro Vivas submeteu à aprovação. CGOV aprovou por unanimidade.

Projeto Coordenação de Cumprimento de Mandados. Ampliação do escopo do projeto para abranger o interior também. O CGOV aprovou por unanimidade.

Projeto Institucionalização da Instrutoria Interna. Retirar a nomenclatura "Interna", pois os instrutores poderão também ser de outros estados. O CGOV aprovou por unanimidade.

Projeto Modernização do Sistema de Arrecadação. Alterar a gestão do projeto para o Núcleo de Arrecadação. CGOV aprovou por unanimidade.

Pedro Vivas pediu que todas as alterações aprovadas fossem colocadas no SGP.

Dr. Humberto pediu a palavra para falar do grupo de trabalho que tratará os processos criminais de varas que estão sem juízes titulares. Os processos serão trazidos para a sede e retornam para suas varas, se for o caso.

Dra. Iramar Viana sugeriu que o mesmo procedimento fosse adotado na implantação do UNIJUD Digital.

08. Deliberações do CGOV (Aprovação da Data da 4ª RAE de 2018)

A sugestão do dia 20/11/18 foi aprovada por unanimidade.

09. Encerramento

O Des. Augusto Bispo agradeceu a todos e aproveitou o momento para elogiar o empenho e dedicação de Pedro Vivas em todo o tempo de sua atuação no Tribunal de Justiça. Reiterou o pedido de empenho a todos os gestores e reconheceu a qualidade da equipe escolhida pelo Presidente Gesivaldo Britto.

Encerrou a reunião às 11h26min.